

LÍNGUA E HISTÓRIA: O PROCESSO DISCURSIVO DE CONFIGURAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O MST

Belmira Rita da Costa Magalhães*
Helson Flávio da Silva Sobrinho**

Resumo

Este artigo trata da relação entre língua e história como constitutiva da discursividade e do efeito de configuração e sustentação de sentidos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para isso, são analisadas, a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso (AD), matérias da imprensa retiradas dos *sites* da revista *Veja* e do jornal *Folha de São Paulo*, em janeiro de 2009, que noticiaram a comemoração dos 25 anos do MST. Como resultado, compreende-se que a materialidade da notícia desse acontecimento evidencia o processo de configuração dos sentidos instaurados e reproduzidos pelo gesto de interpretação da ideologia dominante no decorrer desses anos. As matérias trazem em sua articulação dizeres que “recordam” o “percurso” do Movimento e, ao fazer isso, a imprensa reinscreve e reincorpora o discurso dominante para ratificar e sustentar o gesto de interpretação jurídico e policial sobre a historicidade dos sentidos atribuídos ao MST.

Palavras-chave: Língua, História, Análise do Discurso, Sentidos

Abstract

This paper deals with the relation between language and history as constitutive of the discursivity and the effect of configuration and sustentation of meanings about the Landless Rural Workmen's Movement (MST). In order to do so, press news from *Veja* magazine online and *Folha de São Paulo* newspaper online, in January 2009, which covered the celebration of the MST's 25th anniversary are analyzed from the theoretical perspective of the Discourse Analysis (AD). As a result, we come to understand that the materiality of the news about this event evidences the process of configuration of meanings established and reproduced by the interpretation gesture of the dominant ideology throughout these years. Such news brings sayings in its articulations that “recall” the “course” of the Movement and, by doing so, the press reinscribes and reincorporates the dominant discourse so as to ratify and sustain the juridical and police interpretation gesture over the historicity of the meanings attributed to the MST.

Keywords: Language, History, Discourse Analysis, Meanings

Considerações iniciais

Este artigo trata da relação entre língua e história como constitutiva da discursividade e do efeito de configuração e sustentação de sentidos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para isso, são analisadas, a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso (AD), matérias da imprensa publicadas no mês de janeiro de 2009 que noticiaram os 25 anos do MST. Particularmente, as materialidades discursivas analisadas são duas publicações veiculadas nos *sites* do jornal *Folha.com* e da revista *Veja online*, nos dias 20 /1/2009 e 23/1/2009, respectivamente.

Compreender o funcionamento do processo discursivo de configuração e sustentação de sentidos sobre o MST exige desvendar o modo como se dá a relação da língua com a história em seus movimentos de repetição e deslocamento, transparência e opacidade, ou seja, exige do analista de discurso trabalhar no entrecruzamento da materialidade da língua com a posição sujeito e as filiações ideológicas em uma conjuntura histórica determinada. Nessa direção, parte-se de premissas teóricas da Análise do Discurso, fundada por Pêcheux e, ao mesmo tempo, da

* Doutora em Letras e Linguística - Professora da UFAL - brcmagalhaes@gmail.com

** Doutor em Letras e Linguística - Professor da UFAL - helsonf@gmail.com

perspectiva marxiana sobre a determinação da produção e reprodução das forças produtivas e das relações de produção sobre toda a historicidade humana.

Essa articulação teórica permite pensar a relação entre língua e história na constituição de sentidos. Desse ponto de vista, a língua, com sua materialidade significante (fonológica, morfológica, sintática), possui autonomia relativa diante das determinações históricas, pois o sentido produzido pelo sujeito em suas posições ideológicas é determinado pelas relações sócio-históricas em seu processo complexo e contraditório. Segundo Pêcheux:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Reconhecendo-se esse caráter não-estabilizado e deslizando – intrínseco ao funcionamento linguístico, onde o sentido de uma palavra não existe em si mesmo –, é preciso remetê-lo ao processo histórico, ou seja, às condições de produção do discurso para analisar a sua não transparência. Vale ressaltar que o fato de se enfatizar a historicidade da língua não elimina a especificidade desses dois componentes, sendo nesse sentido que Pêcheux adverte para que não se fique cego à história, nem surdo à língua.

Assim, na Análise do Discurso, a língua é compreendida como um real (atravessado pela ideologia e pelo inconsciente), um sistema significante passível de falhas. Não se trata de uma língua passível de cálculos nem constituída de uma estruturação lógica sem contradições, pois, como diz Pêcheux, “qualquer língua natural é também, e antes de mais nada, a condição de existência de *universos discursivos não-estabilizados logicamente*, próprios ao espaço sócio-histórico dos rituais ideológicos” (1999b, p. 24).

Sob essa perspectiva, para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha (ORLANDI, 1996), daí o caráter histórico do sentido, pois o real da história é condição de produção do discurso, e o discurso é lugar de conflitos, disputas de interpretações onde se manifestam as lutas ideológicas em jogo. Portanto, a história para a AD não é tida como diacronia ou sincronia, mas como práxis dos sujeitos na sociabilidade. Por isso, Pêcheux afirma:

Pensamos que uma referência à História, a propósito das questões de Linguística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as ‘práticas linguísticas’ inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada: com essa condição, torna-se possível explicar o que se passa hoje no ‘estudo da linguagem’ e contribuir para transformá-lo, não repetindo as contradições, mas tomando-as como os efeitos derivados da luta de classes hoje em um ‘país ocidental’, sob a dominação da ideologia burguesa (PÊCHEUX, 1997, p. 24).

Tratar da relação entre língua e história sob o ponto de vista da análise materialista do efeito das relações de classes sobre as práticas linguísticas implica destacar que se trabalha com a forma material (linguístico-histórica)¹ na produção de sentidos, pois é à ordem do discurso que se está referindo. Nessa direção, é preciso compreender que o discurso é prática reprodutora/transformadora dos sujeitos que significam a si mesmos e significam o mundo, e assim interferem na processualidade histórica. Por isso, parte-se das relações materiais que os

¹ Segundo Orlandi (1996, p. 49), o analista de discurso trabalha com a “ordem do discurso (forma material) em que o sujeito se define pela sua relação com um sistema significante investido de sentidos, sua corporeidade, sua espessura material, sua historicidade (...). São, como dissemos, duas ordens que lhe interessam: a da língua e a da história, em sua relação. Que constituem, em seu conjunto e funcionamento, a *ordem do discurso*.”

homens estabelecem entre si e com a natureza, pois é justamente nas práticas de produção/reprodução social que os sujeitos constroem determinadas relações que possibilitam sua existência histórica².

Portanto, é preciso compreender que na sociabilidade capitalista essas relações de base econômica (produção/reprodução) são construídas gerando exploração e desigualdade entre os próprios sujeitos, pois essa sociedade é estruturada por relações antagônicas. Na forma de ser do capitalismo, uns possuem os bens de produção enquanto outros apenas têm sua força de trabalho para vender e assim sobreviver. Essa desigualdade nas relações sócio-históricas atua na constituição do discurso e na produção de sentidos; vale ressaltar que não se trata de um reflexo direto e imediato da base econômica, mas de mediações constituídas de práticas sociais diversas que afetam a produção de sentidos.

Pode-se afirmar, então, que os sujeitos históricos produzem discurso em condições de produção determinadas pela conjuntura das lutas de classes. Essas condições de produção atuam no processo de constituição do discurso, inclusive operam no movimento de retomada da memória discursiva³ que afeta e re-atualiza o discurso através do funcionamento do interdiscurso, como algo já-dito que sustenta o dizer atual na produção de sentidos. Para Pêcheux (2002), o acontecimento discursivo é sempre produzido pelo encontro de uma memória com uma atualidade. Esse encontro permite que o sujeito signifique o mundo no qual atua, retomando e re-significando os já-ditos que circulam nas práticas sociais.

Esse funcionamento do discurso em sua rede de trajetos (processo de retomadas e deslocamentos) não é aleatório, mas está articulado à processualidade histórica. Nas práticas dos sujeitos, os sentidos são direcionados e redirecionados para um determinado lugar e produzem certos efeitos sempre sustentados pelas condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. Segundo Pêcheux:

Diremos que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os ‘processos discursivos’, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes (PÊCHEUX, 1997, p. 93).

Numa sociedade como a contemporânea, em que há divisão de classes, pode-se afirmar, junto com Pêcheux (1997), que a **língua** pode ser indiferente aos conflitos de classes, mas as lutas de classes levarão sempre em conta a possibilidade de um discurso ideológico que beneficie uma das partes da contenda. Nesse sentido, esse autor nos mostra a necessidade da apreensão do processo discursivo⁴, a partir do entendimento das formulações morfológico-sintáticas de cada materialidade discursiva, pois a formulação (materialidade linguístico-histórica), quando submetida à análise, permite chegar à posição sujeito do discurso.

Assim, retomando o processo histórico de configuração e sustentação de sentidos, destaca-se que, em janeiro de 2009, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST comemorou 25 anos. Esse acontecimento não passou despercebido por nenhum dos dois lados do

² “A forma pela qual os homens produzem seus meios de vida depende sobretudo da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam reproduzir. Trata-se (...) de uma forma determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida determinado*. Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que os indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais de sua produção” (MARX & ENGELS, 2004, p. 44-45).

³ Compreendemos a memória discursiva como “estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999a, p. 52).

⁴ O processo discursivo é definido por Pêcheux (1997, p. 162) como “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”.

confronto (Trabalhadores Rurais Sem Terra e Proprietários de Terra). O próprio MST e a imprensa jornalística trataram de rememorar a historicidade das práticas e objetivos do Movimento Social textualizando essas questões. É a partir dessas materialidades discursivas que se irá analisar a língua funcionando como condição de possibilidade do discurso, lugar material onde se realizam os efeitos de sentido.

O MST e a historicidade da produção de sentidos

Seguindo os pressupostos teóricos e analíticos que afirmam a existência da historicidade dos sentidos e das práticas sociais, analisar-se-á um acontecimento histórico que vem ocorrendo há vinte e cinco anos na sociedade brasileira. Trata-se do surgimento e atuação do MST. Esse acontecimento explicita um confronto entre as classes básicas da zona rural e tem produzido discursos antagônicos que se contrapõem de formas diversas. No recorte abaixo, por exemplo, retirado de uma reportagem do *site* do jornal Folha.com, observa-se a disputa entre duas posições de classes (posição sujeito), mostrando o entrecruzamento de língua e história no funcionamento do discurso enquanto materialização da ideologia:

A bandeira do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de luta pela reforma agrária coloca em lados opostos do Congresso as bancadas ruralista e de esquerda. Os ruralistas chamam os sem-terra de baderneiros, enquanto os deputados que defendem a bandeira do movimento dizem que seus integrantes buscam um espaço para produzir (Folha.com, 19/1/2009).

Constata-se, nessa materialidade discursiva, o funcionamento da intersecção inalienável entre língua e história, acentuando a não transparência da língua e revelando o caráter histórico da produção de sentidos. Por isso, para que se possa entender o surgimento do Movimento e a circulação de sentidos produzidos sobre o MST, há de se olhar para o processo de ocupação do campo realizado no Brasil desde a colonização portuguesa.

O sistema de capitanias hereditárias instituiu a grande propriedade como forma de ocupação do solo brasileiro e aliou a isso o poder absoluto de seus proprietários sobre a terra e o trabalho nela realizado. O latifúndio, como ficou conhecido essa divisão de terras, não se refere apenas às dimensões territoriais, mas ao sistema econômico-político de exploração da mão de obra utilizada pelos proprietários ao longo de toda a história do Brasil.

A maneira de garantir a forma de exploração na sociedade capitalista vem diretamente do papel representado pelo Estado nesse sistema, que além de controlar as principais instituições que processam a reprodução ideológica dominante, detém o poderio policial-militar e, através dele, está sempre pronto a intervir mostrando ao trabalhador como precisa se conduzir, ao mesmo tempo, combatendo qualquer forma de resistência.

Graciliano Ramos, em *Memórias do Cárcere*, desvenda a forma através da qual se processava essa prática de formação da subjetividade do dominado: “Surra – santo Deus! – era a degradação irremediável. Lembra o eito, a senzala, o tronco, o feitor, o capitão do mato. [...] em seguida o aviltamento. É assim na minha terra, especialmente no sertão” (RAMOS, 1994, p. 141). Para o narrador autobiográfico de *Memórias do Cárcere* a explicação da punição não está relacionada ao delito, mas ao sistema, que precisa aplicar uma **tatuagem na alma** para que não haja possibilidade de esquecimento das hierarquias dos mandos.

Como visto, ao longo de nossa história, essas disparidades sociais se constituíram em temáticas de inúmeras obras literárias e discursos políticos e também foram questões de vários movimentos sociais que antecederam o MST, ressaltando-se, em particular, a atividade das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, dizimadas durante a ditadura militar de 1964.

Vinte anos depois – 1984 –, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surge também para combater a desigualdade no campo e proporcionar uma vida mais digna para os trabalhadores, segundo o próprio Movimento, no texto comemorativo dos 25 anos de atuação:

Os objetivos foram definidos: a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e um novo modelo agrícola e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social⁵.

Em duas linhas a palavra **luta** é repetida por três vezes, e a pergunta que se coloca é: quem são os outros contendores? O próprio texto responde que são aqueles que se beneficiam do modelo de ocupação do solo e seus gestores, isto é, os proprietários rurais, o Estado e a mídia. É contra eles que desde o início de sua formação o MST se insurge. O Movimento propõe a criação de um projeto com justiça social que objetiva vencer as desigualdades sociais.

A partir dos anos noventa, ainda segundo o documento divulgado no *site* do MST, vai se intensificar a luta que, para esse momento, tem como palavras de ordem: **ocupar, resistir e produzir**. Vale ressaltar que a partir da ação do MST e do uso da palavra “ocupar” será criado pela imprensa um acontecimento discursivo em torno do significado contraditório entre “ocupar” e “invadir”. No início a mídia⁶, em geral, se utilizará da palavra “ocupar” para, no decorrer dos anos, substituí-la, sempre, pela palavra “invasão”. Conforme Indursky (1995, p. 125), “*ocupação* tem como referente a *terra improdutiva*. *Invasão* constrói como referente a *terra privada*”. Ao se referir às ações do Movimento como “invasão”, a mídia se inscreve no discurso dos latifundiários, e esse gesto de interpretação tornou-se dominante, produzindo o efeito de evidência de sentido. Usar o léxico “ocupar” para as ações do MST significa que sua ação é um direito. Quando a mídia se apropria do léxico “invadir” está automaticamente condenando a ação, colocando o Movimento fora da legalidade e da legitimidade. Segundo Indursky:

Vale dizer que as duas designações coexistem na língua, mas o uso de uma ou de outra mobiliza discursivamente sentidos diferentes que remetem a processos discursivos igualmente diferentes que se encontram em situação de co-ocorrência no espaço discursivo desenhado pela imprensa em *seu discurso sobre o discurso do MST*. (INDURSKY, 1995, p. 126)

Na textualização do discurso do MST, o Movimento continua bastante ativo e comemora os vinte cinco anos de atuação com festa e propostas de novas ações. Denuncia que não houve a reforma agrária e que nenhum dos governos cumpriu as metas propostas nos seus próprios planos de governo. Acentua a necessidade de continuar o enfrentamento, que agora se apresenta sob um novo formato, aliando os antigos latifundiários ao agronegócio, sempre com o beneplácito do Estado. Segundo o MST:

Depois de 500 anos de luta do povo brasileiro e 25 de existência do MST, a reforma agrária não foi realizada no Brasil. Os latifundiários, agora em parceria com as empresas transnacionais e com o mercado financeiro – formam a classe dominante no campo – usam o controle do Estado para impedir o cumprimento da lei e manter a concentração de terra⁷.

⁵ Informações retiradas do *site*: <http://www.mst.org.br/especiais/23>

⁶ Embora não haja espaço neste artigo para aprofundar essa discussão, defende-se que não há neutralidade discursiva porque o discurso é materialização da ideologia. Cf. Mariani (1998), Gaia (2005).

⁷ Informações retiradas do *site*: <http://www.mst.org.br/especiais/23>

Destacando o que se afirmou no início deste artigo sobre a historicidade e a não transparência da língua, ressalta-se que o discurso do MST se coloca claramente em confronto com o discurso que defende a atual estrutura rural brasileira. Desde o seu início o Movimento acusa a grande mídia de colaborar e se colocar ao lado dos seus opositores (proprietários de terra), quando noticia as ações sob o peso acusatório, não dando voz ao Movimento na mesma proporção dada aos latifundiários, e também ao manipular os fatos através do mecanismo de silenciamento de detalhes, bem como ao reproduzir matérias acusatórias em vários noticiários. Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, em entrevista à Folha.com em 18/1/2009, afirmou: “a imprensa brasileira é que nos silenciou, embora não tenhamos parado de falar”. Diante desse fato analisam-se duas matérias da grande mídia (Folha de São Paulo e Veja), veiculadas na *internet*, cujos assuntos se referem aos 25 anos do MST.

O Processo Discursivo de Configuração e Sustentação dos Sentidos

Para compreender a configuração e sustentação da discursividade produzida pela mídia sobre o MST, selecionam-se duas matérias de dois dos principais órgãos da imprensa (Folha.com e revista Veja, as duas na versão *online*). Analisa-se inicialmente a matéria da Veja; em seguida, a da Folha.

O título da matéria da Veja já anuncia a posição de condenação da atuação do MST: **Os 25 anos do MST: invasões, baderna e desafio à lei**, reafirmando e sustentando, desse modo, o gesto de interpretação que produziu e fez circular durante esses anos⁸. Ao longo do texto é construída uma retrospectiva das atividades do Movimento mediante retomadas de matérias da própria revista, veiculadas nesses 25 anos. O primeiro parágrafo da matéria iniciava-se com as seguintes “informações”:

Na última terça-feira, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) completou 25 anos. Mantendo a falsa bandeira de sua incansável luta pela reforma agrária, o MST conseguiu permanecer impune das ações criminosas que cometeu ao longo de sua existência. Há tempos que a organização não quer mais apenas um pedaço de terra - e sim toda a terra. Em reportagens realizadas ao longo dos anos, VEJA acompanhou o crescimento, a desmoralização e os crimes cometidos por essa organização que não possui sede fixa e nem estatuto. (Veja *online*, 23 jan/2009).

Através do efeito de retomada da memória (arquivo da revista), produzido pela própria matéria – “em reportagens realizadas ao longo dos anos, VEJA acompanhou o crescimento, a desmoralização e os crimes cometidos por essa organização que não possui sede fixa e nem estatuto” –, a revista revela os direcionamentos dos sentidos produzidos sobre o MST⁹. Na retrospectiva das ações do Movimento veiculadas pela revista, há sempre um tom condenatório que referenda o título **invasões, baderna e desafio à lei**. As acusações são sempre relacionadas a atos ilícitos à propriedade privada, ou seja, “invasões”. A primeira matéria lembrada é de 1985:

⁸ Segundo Orlandi (1996, p. 18), o gesto de interpretação “sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política”.

⁹ Sobre o efeito ideológico de direcionamento de sentidos sobre o MST, conferir também Magalhães e Silva Sobrinho (2010, p. 47): “Do modo como narra a trajetória do MST, a imprensa revela sua posição nos conflitos sociais produzindo, desse modo, um efeito ideológico de deslocamento no discurso, pois, os ‘pobres’ (Trabalhadores Rurais Sem Terra) passam a ser designados como ‘invasores’, ‘criminosos’ e ‘baderneiros’.”

Em 19 de junho de 1985, VEJA registrou a confusão provocada pelo então presidente Jose Sarney ao anunciar seu Plano Nacional de Reforma Agrária. A revista afirmou que Sarney “atingiu um vespeiro que havia vinte anos não estava tão agitado”. Naquela ocasião, 45 famílias invadiram, armadas de foices e facões, uma área de 1.300 hectares no Ceará. Assustados, os proprietários de terras passaram a armar seus funcionários com revólveres e espingardas. ‘A ordem é clara: atirar primeiro e perguntar depois’, dizia a revista. (Veja *online*, 23 jan/2009).

A análise da construção da sequência discursiva **naquela ocasião, 45 famílias invadiram, armadas de foices e facões, uma área de 1.300 hectares no Ceará** é significativa, pois mostra como a textualização da notícia acentua o caráter de uma luta “armada” existente no campo, patrocinada pelos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o que justificaria a resposta também armada dos proprietários, como relata a revista – **“assustados, os proprietários de terras passaram a armar seus funcionários com revólveres e espingardas”**. O efeito de sentido produzido é o de que a atitude dos proprietários é uma consequência da dos integrantes do Movimento, silenciando sobre toda a violência que sempre existiu no campo brasileiro, que, como visto anteriormente, remonta à escravidão e continua criando um efeito advindo de uma memória discursiva de que o trabalhador rural é violento e preguiçoso, precisando de “cabresto” para a realização de suas obrigações.

Paralelamente, o uso do léxico **funcionários** substitui as palavras feitor, capanga e jagunços, e a farta literatura sobre o tema mostra como eram/são denominadas as pessoas contratadas pelos fazendeiros para vigiar os trabalhadores. Chamar esses empregados de funcionários é tentar re-significar suas funções, deslocando-os da violência própria das relações de trabalho no campo para participantes de uma empresa moderna.

Nessa retrospectiva, Veja “relembra” e, ao mesmo tempo, se “esquece¹⁰” de determinados acontecimentos, certamente tidos para a posição sujeito, por ela assumida como perturbadores. Por isso a revista justifica a atitude dos fazendeiros, que “assustados” se defendem dos ataques de **invasores armados** e podem dar ordens a seus funcionários/capangas/jagunços **“para atirar primeiro e perguntar depois”**. A construção do sentido segue o seguinte encadeamento aparentemente “lógico”:

1. **45 famílias invadiram, armadas de foices e facões;**
2. **assustados, os proprietários de terras passaram a armar seus funcionários com revólveres e espingardas;**
3. **para atirar primeiro e perguntar depois.**

Essa construção de sentido é fundada por silenciamentos. Essa política do silêncio – conforme Orlandi (2002, p. 75), que recorta o que se diz e o que não se diz, apaga “necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” –, é exercida pela revista em relação as suas próprias publicações que ainda traziam um tom ameno em relação ao MST. Pode-se lembrar, de modo imediato, duas matérias “esquecidas” nesse texto da Veja *Online* sobre o percurso histórico do MST. Uma data de 1994 e a outra de 1996, mas “esquecidas” por essa escrita que simula rememorar os 25 anos do MST.

¹⁰ Segundo Pêcheux (1997, p. 173), o sujeito esquece as determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa. Desse modo, “todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase.”

Na matéria “esquecida” pela revista, que leva o título “Olhai as foices dos pobres da terra”, de 1994, a Veja faz uma alusão às condições precárias de vida no campo que levaram ao surgimento do Movimento e ressalta a necessidade de políticas governamentais, não obstante, já nesse momento, alerta para o perigo das “foices” dos pobres, como ressalta Magalhães (1997, p 81):

Foices não são apenas instrumentos de trabalho dos agricultores, podem ser armas e, principalmente na modernidade, representam um dos símbolos do socialismo. Desde o título do artigo os leitores estão alertados de que os pobres da terra têm foices – o instrumento, a arma, e a ideologia.

Na matéria de 1996, também “esquecida” pela revista, uma reportagem de capa trazia fotografias dos Trabalhadores Rurais Sem Terra mortos pela PM e tinha como título “Eldorado dos Carajás, BRASIL, 17 de abril de 1996”. Na matéria, “Sangue em Eldorado”, a revista enunciava: “O governador Almir Gabriel, do Pará, mandou a PM desocupar uma estrada no sul de seu Estado. Saldo da operação de trânsito rodoviário: uma carnificina com duas dezenas de sem-terra mortos e 51 feridos”. Nessa reportagem, os Trabalhadores Rurais Sem Terra eram considerados como “vítimas”, mas essa formulação é “esquecida” no decorrer das publicações, produzindo, desse modo, um apagamento da opressão sofrida por esses trabalhadores no campo.

No texto que noticia os 25 anos do MST, o encadeamento discursivo **invasões, baderna e desafio à lei** é retomado como efeito de evidência inscrita na língua, na sua contraditória transparência e opacidade, para sustentar os sentidos negativos atribuídos ao MST, deslocando os lugares dos agentes da violência no campo para a posição de “vítimas”, pois “assustados, os proprietários de terras passaram a armar seus funcionários com revólveres e espingardas”.

Esse deslocamento incide sobre o funcionamento do discurso, autorizando e justificando a utilização e articulação das palavras “invasões”, “badernas” e “desafio à lei”, impossibilitando outro gesto de interpretação nesse relato histórico. Tal funcionamento revela o efeito de repetição do discurso, que se materializa na língua, produzindo uma rede parafrástica, e esse mecanismo de sustentação de sentidos funciona a favor dos interesses da classe dominante (proprietária), impossibilitando a ruptura em outros sítios de significação. Segundo Magalhães e Silva Sobrinho (2010, p. 39):

As ações do MST não passaram despercebidas pela imprensa (...), divulgam-se, de modo recorrente, determinados dizeres que constroem uma representação negativa do MST que desloca sentidos, de grupo oprimido que sofre a exploração do trabalho e as consequências das desigualdades sociais, para referi-lo como “baderneiros” e “criminosos”. Esse dizer revela a contraditoriedade da sociedade capitalista, que não tendo interesse por essas pessoas excluídas, a não ser quando elas “incomodam”, se vê obrigada a falar sobre elas e a “resolver” a situação gerada pela estrutura excludente do capital. Esses sujeitos históricos com suas ações combinadas geram um “incômodo” exatamente por colocar a sociedade brasileira, e em consequência, o modo de produção capitalista, em questionamento.

Ainda, para tratar desse processo discursivo de configuração e sustentação de sentido produzido nas publicações da imprensa brasileira, passa-se a analisar a matéria publicada no *site* da Folha.com, de 20/1/2009. A matéria se refere aos vinte e cinco anos de atuação do Movimento: **MST completa 25 anos e planeja ‘invadir’ cidades com novas reivindicações**.

O que primeiro chama a atenção é a heterogeneidade mostrada através do uso das aspas no verbo “invadir”. No primeiro momento fica a pergunta se há dúvida ou hesitação por parte do sujeito do discurso sobre a ação do MST, no sentido de colocá-la fora da legitimidade, pois como foi visto, invasão constrói como referente a “terra privada”. Nessa materialidade discursiva, as

aspas produzem um estranhamento no leitor, assim como também parecem produzir estranhamento para a própria imprensa e sua posição ideológica. No entanto, a continuação da leitura da matéria mostra exatamente o processo inverso.

Percebe-se, então, que novamente o uso do verbo “invadir” faz mobilizar a memória de como, para os proprietários de terra e para a imprensa, o MST atua: “invadindo”, ou seja, prática tida no discurso jurídico e policial como ilícita, criminosa e violenta. As aspas na utilização da palavra “invadir” deslocam os sentidos da “mesma” ação do campo para a cidade, embora não haja em nenhum momento da entrevista do dirigente do Movimento alusão à “invasão”. A proposta do MST não é “invadir” a cidade, mas participar dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e despossuídos da cidade, isto é, atuar também no espaço urbano, segundo um de seus dirigentes que tem voz na matéria: **não dá para fazer a luta só com 16% da população que vive no campo.**

O corpo da matéria “informa” ao leitor que a bandeira prioritária do MST ainda é a luta pela Reforma Agrária e que esse Movimento pretende aumentar sua participação em ações gerais como a defesa da nacionalização do petróleo, descoberto na área do pré-sal, e as lutas que forem direcionadas pelos movimentos urbanos. Porém, há uma construção discursiva que acaba por criar um efeito ideológico de expectativa de confronto, que se desloca do campo para o setor urbano, pois o MST é tido pela imprensa como um Movimento que está “fora da lei”, porque “invade” e “planeja invadir cidades”.

A partir dessas análises, constata-se que ao noticiar **os 25 anos do MST** a imprensa retoma e ratifica os sentidos historicamente construídos mediante o processo discursivo materializado na língua através das matérias publicadas no decorrer desses anos. Em termos teóricos, essa análise ratifica o que diz Pecheux:

É a ideologia que fornece as evidências (...) que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1997, p. 160)

É através desses mecanismos linguístico-discursivos que a imprensa sustenta o seu gesto de interpretação inscrito em sítios de significação (formações discursivas) que tratam da defesa da propriedade privada enquanto fundamento “natural” da sociedade capitalista.

Considerações Finais

A análise realizada neste artigo permitiu compreender que a relação entre língua e história não é direta, pois seu funcionamento se dá na prática discursiva dos sujeitos afetada pelas determinações sociais em uma dada conjuntura histórica.

Como foi visto, nas formulações linguísticas que rememoram os 25 anos do MST, os efeitos ideológicos de configuração e repetição de enunciados reproduziram um dizer que se quer estabilizado e transparente para sustentar determinados sentidos e silenciar outros. As materialidades analisadas, em sua formulação linguístico-histórica – “Os 25 anos do MST: invasões, baderna e desafio à lei” (Veja *online*, 25/1/2009) e “MST completa 25 anos e planeja ‘invadir’ cidades com novas reivindicações” (Folha.com, 20/1/2009) –, ratificam e reorganizam a direção dos sentidos para dar continuidade aos interesses ideológicos em luta na sociedade brasileira.

Na polaridade entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Imprensa-Latifundiários-Estado, percebe-se que, enquanto os dominados continuam planejando ações de enfrentamento, como ocupações e incorporação de movimentos sociais que possuem o *locus* de atuação na cidade; os dominantes continuam condenando e criticando a forma política

de atuação do MST, tentando isolar o Movimento, denegrir seus líderes e suas ações, enfatizando sempre o caráter da ilegalidade e, ao mesmo tempo, justificando a violência por parte dos proprietários rurais “assustados”, como resposta à violência do MST e à ineficiência do Estado em coibir a luta pela terra.

O funcionamento desse processo discursivo, de configuração e sustentação de sentidos nos embates ideológicos materializados na escrita do jornalismo *online*, reproduz “evidências” sobre as práticas do MST através do efeito da “informatividade” (“na última terça-feira...”), da impressão da “literalidade” do sentido (“mantendo a falsa bandeira...”), e também, da “estabilidade” do referente no mundo (“o MST conseguiu permanecer impune...”). É desse modo que essas relações dos sujeitos com as filiações de sentidos, materializam a relação da língua com a história a partir das modalidades do dizer do sujeito do discurso em sua tomada de posição na luta de classes. Dessa forma, a análise da discursividade que narra os 25 anos do MST, um processo de rememoração/esquecimento, transparência/opacidade, revela como a posição confluyente da grande mídia e dos latifundiários se sobrepõe, configura e sustenta, na materialidade discursiva, os sentidos condenatórios sobre a atuação histórica do MST.

Referências

- FLORENCIO, Ana Gama, & et all. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.
- GAIA, Rossana Viana. **O discurso na imprensa alagoana nas eleições de 2002: entre o governo e o patrão**. Tese de doutorado em Linguística –UFAL. Maceió, 2005.
- INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. In **Revista da ANPOLL**, nº1, São Paulo: Humanitas, 1995.
- MAGALHÃES, Belmira & SILVA SOBRINHO, Helson. O efeito ideológico de deslocamento no discurso da imprensa sobre o MST: de pobres da terra a baderneiros. In **Revista Veredas** [online]. Vol. 15, nº 2, PPG-Linguística/UFJF. Juiz de Fora, 2010. Disponível na internet: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/edicao-actual/>>
- MAGALHÃES, Belmira. A ressignificação do discurso sobre a luta pela terra: da literatura de 30 à imprensa de 90. In: **Gragoatá**. Revista do Instituto de Letras. Niterói: EDUFF, 1996.
- _____. **Os desejos de sinhá Vitória**. Curitiba, HDLivros, 2001.
- MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa**. Campinas: Editora Revan, 1998.
- MARX, Karl & ENGEL, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. O papel da memória. In: **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999a.
- _____. Sobre a (Des-)construção das teorias lingüísticas. In **Revista Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. Julho/dezembro 1998. Campinas: Pontes, 1999b.
- _____. **Semântica e Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1994.

SILVA SOBRINHO, Helson. Análise do Discurso: um olhar materialista sobre as evidências de sentido. In SILVA, Leilane & FREITAG, Raquel. **Linguagem representação discursiva II: outros estudos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2010.